

ARQUIVOLOGIA E EDUCAÇÃO múltiplas abordagens

Fernanda da Silva Rodrigues¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
fernandas_rodrigues@yahoo.com.br

Priscila Ribeiro Gomes²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
priscila.gomes@unirio.br

Resumo

Este trabalho objetivou apresentar um panorama das interlocuções entre a Arquivologia e a Educação, a partir de múltiplas abordagens a serem exploradas como: difusão, ações educativas, serviço educativo em arquivos, Educação Patrimonial e iniciativas que partem das universidades via projetos de extensão, grupos de pesquisa, disciplina e eventos. Consideramos relevante, inicialmente apresentar esse panorama por evidenciar as possibilidades de temas e ações que podem advir do diálogo entre os campos de conhecimento, além de demonstrar que o entrecruzamento entre esses campos vem se desenvolvendo ao longo do tempo. Posteriormente abordamos o arquivo escolar como um eixo relevante dessa aproximação, a partir de alguns aspectos como uma contextualização da sua construção enquanto objeto de estudo e as suas possibilidades e usos. Consideramos que a aproximação entre as áreas proporciona uma compreensão multidimensional dos arquivos como instrumentos não apenas direcionados a atender demandas legais, comprobatórias, administrativas e funcionais, mas também funções educativas, históricas e culturais. Além de que, defendemos que tanto nas escolas quanto nas instituições arquivísticas podemos empreender esforços no sentido de potencializar os usos dos arquivos com fins educativos, tornando-os visíveis para serem utilizados enquanto instrumentos favoráveis nos processos de ensino e aprendizagem, com destaque à metodologia da educação patrimonial.

Palavras-chave: Arquivologia. Educação. Arquivos escolares. Educação patrimonial.

ARCHIVOLOGY AND EDUCATION multiple approaches

Abstract

This work aimed to present an overview of the interlocutions between Archivology and Education, from multiple approaches to be explored such as: diffusion, educational actions, educational service in archives, Heritage education and initiatives that come from universities via extension projects, research groups, discipline and events. We consider this panorama to be relevant, as it presents the possibility of themes and actions that may arise from the dialogue between the fields of knowledge, in addition to demonstrating that the intersection between these fields has been developing over time. Subsequently, we approach the school archive as a relevant course of this approach, from some aspects as a contextualization of its construction as an object of study and as its possibilities and uses. We consider that approximation between the areas offers a multidimensional understanding of the archives as instruments not only aimed at meeting legal, supporting, administrative and regulatory demands, but also educational, historical and cultural functions. In addition, we defend that both in schools and in archival institutions we can make efforts to enhance the uses of archives for educational purposes, making them selected to be used as favorable instruments in the teaching and learning processes, with emphasis on heritage education methodology.

Keywords: Archivology. Education. School archives. Heritage education.

¹ Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pelo Programa de Pós Graduação de Gestão de documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Arquivologia (UNIRIO).



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p.63-87, Mar/Ago. 2021.

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia é uma área que se encontra em um contexto atual de renovação, sobretudo pelo advento de novos paradigmas tecnológicos e informacionais que lhe trouxeram uma releitura e ampliaram o seu escopo de análise e de abordagens, a partir, inclusive da aproximação com outros campos de conhecimento.

A partir da década de 1990, segundo Jardim (2012) novas formas de produção e uso da informação arquivística provocaram essa releitura, no que tange aos seus aspectos teóricos e práticos, iniciando uma perspectiva de valorização da pesquisa enquanto instrumento capaz de gerar novos conhecimentos à área, para além dos já consagrados e que possibilitam lidar com os novos desafios apresentados. Nesse aspecto, há um aumento nos debates acerca da disciplinaridade e interdisciplinaridade da Arquivologia.

Esse diálogo, que advém de uma perspectiva de interdisciplinaridade da Arquivologia, já vem sendo alvo de debates por parte de autores, a exemplo de Fonseca (2005), Marques (2011), Jardim (2012), Vidal (2000) e Bonato (2005), que inferem sobre a possibilidade de a área tecer relações com outros campos de conhecimento.

O fazer arquivístico no atual contexto exige do arquivista conhecimentos que perpassem os pressupostos teóricos da área, a partir de diálogos com outros campos além dos quais mantêm uma relação histórica, a exemplo da História, da Administração e do Direito, a fim de ampliar o seu escopo de análise e atuação, permitindo que, por exemplo, temas ou objetos que a permeiam, bem como a outras disciplinas, possam ser investigados de forma mais aprofundada.

Jardim (2012) apresenta três visões da Arquivologia por parte dos autores: Arquivologia como campo autônomo, Arquivologia como subárea da Ciência da Informação e Arquivologia como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares.

Para esse artigo, adotamos a última por ser a que mais se aproxima do objetivo, que busca apresentar as interlocuções existentes entre a Arquivologia e a Educação. Essas interlocuções partem de eixos a serem explorados como: difusão, ações educativas, serviço educativo sistemático e contínuo em arquivos, Educação Patrimonial e iniciativas que partem das universidades via projetos de extensão, grupos de pesquisa, disciplina e eventos. Além da abordagem do arquivo escolar que por se constituir o objeto principal desse estudo, será apresentado de forma mais detalhada, partindo de uma contextualização da sua construção enquanto objeto de estudo e das suas possibilidades e usos.

2 INTERLOCUÇÕES ENTRE ARQUIVOLOGIA E EDUCAÇÃO

2.1 DIFUSÃO

A difusão é uma função arquivística importante da Arquivologia, uma vez que potencializa o acesso aos documentos e às informações, aproxima a sociedade e os arquivos, expande o uso destes, fortalece a razão primária da sua existência e evidencia a sua relevância.

Os autores Rousseau e Couture (1998), ao falarem sobre o desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina, destacam a difusão como um dos quatro grandes setores principais, objeto dos estudos dos especialistas dos arquivos, juntamente com o tratamento, a conservação e a criação. Conforme os autores, a difusão configura-se em umas das funções arquivísticas, somada à criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição.

Considerando o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, identificamos que não há alusão ao termo difusão, porém há termos aproximados às suas funções, como o de disseminação da informação e de divulgação. O primeiro refere-se ao “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, 2005, p.71), e o segundo ao “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, 2005, p.72). O que podemos apreender desses conceitos é que a difusão serve para disseminar as informações e aproxima o público dos arquivos por meio de ações de divulgação dos acervos direcionadas a esse público.

Através da divulgação de acervos institucionais, a difusão proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de criação contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir dos arquivos, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

Ao expandir suas funções e se projetar enquanto espaço que não apenas serve a demandas de administradores, juristas e historiadores, o arquivo passa a funcionar como espaço de cultura, educação, memória, história, enfim, de pertencimento para toda sociedade.

Bellotto (2004) apresenta três modelos de difusão: educativo, editorial ou cultural. O primeiro compreende as relações entre o arquivo e as escolas, por meio de visitas e ações que promovem o acesso aos documentos custodiados; o segundo se estabelece por publicações que

divulgam o acervo, as atividades e os serviços do arquivo, e o terceiro relaciona-se ao desenvolvimento de projetos culturais.

Assim, algumas ações que podem ser empreendidas nos arquivos são realizações de palestras, exposições, debates, lançamentos de obras e concursos, simpósios, congressos, turismo cultural, publicações e serviços de assistência educativa, entre outros.

2.2 AÇÕES EDUCATIVAS E SERVIÇO EDUCATIVO

As ações de difusão são relevantes por atrair o cidadão para o arquivo, aproximando-os dos acervos e ampliando o acesso, trazendo cultura e conhecimentos. No entanto, nem sempre a difusão caracteriza-se como uma ação educativa. Para que se constitua como tal é preciso que haja um processo de aprendizagem, pois, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro não é a aprendizagem). A ação educativa surge como uma proposta que “nasce” com objetivo voltado para a aprendizagem, no sentido de potencializar a experiência do sujeito. A experiência ganha um significado para o sujeito e faz com que ele retorne.

Por esse ângulo, é preciso que, por um lado, se reconheça no arquivo um espaço onde possam ser desenvolvidas ações com o objetivo de aprendizagem, e, por outro lado, que busque utilizá-lo para esse fim. O serviço educativo deve fazer parte da estrutura organizacional de um arquivo como algo efetivo e sistemático. O arquivo precisa ser compreendido como um importante instrumento pedagógico potencializador de um processo de aprendizagem.

Segundo Bellotto (2004), uma estratégia que possibilita uma institucionalização da assistência por parte do arquivo, permitindo um maior estreitar de laços entre esse e as escolas, é o seu uso destinado às aulas de História no seu sentido concreto, principalmente voltado para o ensino regional. O arquivo auxiliando nas aulas de História permite que os alunos conheçam a sua cidade, a sua cultura e a história regionalizada, despertando a partir desse conhecimento um interesse maior por uma história geral, mais universal.

Além da História, que parece mais evidente, os arquivos também contêm documentos que servem para outras disciplinas e que podem ser explorados de maneira lúdica e educativa.

Dessa forma, o serviço educativo de um arquivo manifesta-se como uma importante estratégia de aproximação entre a Arquivologia e a Educação, dentro da instituição arquivística; além de ser mais um espaço de atuação do arquivista que tenha interesse por esse tipo de trabalho mais direcionado à educação e ao público escolar.

Bellotto (2004) destaca, ainda, outras atividades que podem ser realizadas pelos serviços educativos como visitas, atendimento a alunos, divulgação de reproduções de documentos e publicações, exposições de originais. Essas atividades não devem dispensar a colaboração de outros organismos culturais e pedagógicos, como os museus, as bibliotecas, centros de documentação, universidades, instituições ligadas ao turismo, e as escolas.

O serviço educativo promovido nos arquivos complementa as atividades desenvolvidas nas escolas, sendo relevante, pois amplia o olhar dos cidadãos, desenvolve o senso crítico e contribui para a compreensão da própria função primária dos arquivos.

2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Algumas ações específicas voltadas ao público escolar podem ser desenvolvidas por meio dos princípios da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial é uma ação educativa que visa, valendo-se de metodologia específica, utilizar o objeto cultural, como um arquivo, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem para os sujeitos.

A Educação Patrimonial promove a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio ao estimular a ideia de preservação e fortalece os sentimentos de identidade e cidadania. É um processo educativo, baseado em metodologias que devem levar em consideração as particularidades do público com o qual se irá trabalhar e os contextos e lugares, de forma a proporcionar a esse público experiência distinta da que vive, partindo de uma perspectiva não apenas limitada a transmitir informações ou apresentar o que é reconhecido e estabelecido como patrimônio oficialmente.

Tolentino (2016) ressalta que a Educação Patrimonial deve ser um instrumento que promova diversidade, na qual diferentes indivíduos e grupos sociais possam ser sujeitos ativos, produtores e protagonistas da cultura, entendida como plural, de forma a promover conhecimentos acerca dos bens patrimoniais, de maneira coletiva e dialógica.

Fratini (2009) ressalta a relevância da Educação Patrimonial enquanto um instrumento que pode contribuir para uma democratização da cultura, para o acesso às informações e para a incorporação do patrimônio por toda sociedade. Isso permite a formação de cidadãos conscientes e capazes de reconhecerem-se como parte do patrimônio histórico-cultural.

A Educação Patrimonial mostra-se também como importante instrumento de aproximação entre a Arquivologia e a Educação a partir dos usos dos arquivos. Os arquivistas, na atuação nos arquivos, para difundir os acervos e os documentos para público, podem fazer uso e se apropriar dessa metodologia específica como um instrumento facilitador.

Bellotto (2004) destaca dificuldades em inserir as instituições arquivísticas nas políticas públicas de patrimônio, pois os governos e a sociedade ainda têm a ideia de que estas se direcionam apenas a aspectos de custódia de acervos, probatórios e de obtenção de direitos.

Segundo Parrela (2013) autores como Luís Carlos Lopes (2002) e Janice Gonçalves (2002), ao investigarem o tratamento dado aos acervos e às instituições arquivísticas no âmbito das políticas de patrimônio, ressaltam o não lugar dos arquivos nas políticas públicas de cultura. Conforme a autora, os investimentos dos arquivos brasileiros em atividades educativas, quando comparados aos dos museus, são considerados incipientes.

Apesar desse cenário destacado, Parrela (2013) apresenta iniciativas importantes de ações educativas e de Educação Patrimonial em alguns arquivos brasileiros, como os de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Tanto Bellotto quanto Parrela nos apresentam um panorama das possibilidades educativas nos arquivos e, por extensão, as interlocuções e diálogos que podem ser realizados entre a Arquivologia e a Educação como campos de conhecimento interdisciplinares. A partir dessa perspectiva, o escopo de análise daquela se expande e se fortalece, pois passa a agregar elementos importantes da Educação que possibilitam olhares distintos sobre os arquivos.

Assim, esses diálogos e interlocuções podem impactar a Arquivologia por dois ângulos. O primeiro ao criar esses olhares distintos sobre os arquivos pelos arquivistas, que passam a enxergá-los enquanto um instrumento com potencial cultural e pedagógico, que permite o desenvolvimento de ações educativas.

O segundo em possibilitar o surgimento de um movimento que possa contribuir para uma mudança na formação desses arquivistas, com base na reforma dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação de Arquivologia, visando o desenvolvimento de competências direcionadas a explorar as possibilidades educativas dos arquivos. Partindo da ideia de que o currículo é um documento de identidade (SILVA, 1999) nos colocamos a pensar nas possibilidades de identidades profissionais que podem emergir a partir do currículo, sendo a competência pedagógica do arquivista uma delas.

Por esse ângulo, o diálogo entre as áreas é perceptível na função pedagógica do arquivista, não apenas concernente às ações educativas, as quais se realizadas sistematicamente promovem “a integração da função **didática** com a função arquivística” (BELLOTTO, 2004, p. 232, grifo nosso); mas também no exercício de mediação que exerce entre o acervo e os usuários e que fomentam conhecimentos “ao outro”. Nesse aspecto, o arquivista é

Um orientador/educador do público interno e externo à instituição, quando do acesso aos arquivos correntes e intermediários, bem como dos documentos arquivísticos permanentes, com a função de interlocutor junto ao público externo, o cidadão”. (BALBINO; CHAGAS, 2018, p. 227).

Além disso, o arquivista atua também de forma pedagógica ao capacitar e orientar outros profissionais. Em várias circunstâncias de sua atuação o elemento pedagógico se faz presente. Dessa forma,

Suas atividades dependem, em grande medida, de sua atuação na instituição como **instrutor** das técnicas e práticas relacionadas à gestão de documentos nas fases corrente e intermediária, bem como o direcionamento das ações para a conservação, preservação e difusão dos conjuntos documentais recolhidos aos arquivos permanentes. (BALBINO; CHAGAS, 2018, p. 227, grifo nosso).

Bonato (2005) também cita alguns exemplos de instituições que desenvolvem ações. Seu texto, embora mais antigo, ilustra iniciativas de uma atuação mais educativa e cultural dos arquivos e uma aproximação deste com as escolas, que já vem se desenvolvendo há um tempo.

Apesar das leituras de Bellotto, Bonato e Parrela nos mostrarem que há um movimento por parte dos arquivos brasileiros em considerarem os aspectos culturais e educacionais nas suas políticas, isso ainda se mostra incipiente. Quando pensamos nas ações educativas para as escolas, identificamos uma necessidade de torná-las mais constantes e sistemáticas.

Nesse sentido, corroboramos a visão de Bonato (2005) quando salienta que “se por um lado, as escolas não estão indo aos arquivos, por outro, não há, por parte dos arquivistas, um número significativo de projetos oficiais de assistência educativa escolares” (BONATO, 2005, p. 215) e defendemos que tanto o arquivo (aqui no sentido de instituição arquivística), através de ações direcionadas ao público escolar, quanto a própria Arquivologia, enquanto campo científico, devem se aproximar da Educação e das escolas.

No que tange as escolas, para os arquivistas, essas podem e devem ser mais um espaço de atuação profissional, no qual devem demonstrar a sua importância e ter visibilidade social, e podem ser objetos de investigação, através principalmente da análise dos seus arquivos.

2.4 INICIATIVAS INSTITUCIONAIS

No âmbito das iniciativas e ações de pesquisa, vale destacar alguns movimentos de aproximação entre às áreas. Nesse sentido, há o grupo de pesquisa Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais (UFMG/Unicamp), coordenado pelas professoras Ivana Parrela e Adriana Koyama, que organizam desde 2016, um Simpósio de Arquivos e Educação. Já foram realizados cinco simpósios temáticos, em quatro diferentes estados.

Além do grupo da UFMG/Unicamp, em 2019, foi criado o grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais (EducAr) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenado pela professora Priscila Gomes. Esse grupo discute os arquivos numa perspectiva mais ampla considerando: suas possibilidades como instrumentos potenciais nos processos de ensino e aprendizagem; enquanto manancial de informação para a historiografia educacional; os arquivos escolares e suas relações com a cultura escolar; políticas arquivísticas aplicadas aos arquivos escolares; questões relacionadas à documentação narrativa e às práticas de memória, dentre outros diálogos que conectam os referidos campos de conhecimento.

Em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Documentos e Arquivos (PPGARQ) e a Escola de Arquivologia da UNIRIO, o grupo organizou, em 2019, o 1º Seminário de Educação e Arquivos: experiências arquivísticas no contexto educacional, com duração de três dias que teve como temas: “arquivos escovados a contrapelo: questões sobre prática de memória e educação”; “O arquivo e suas possibilidades educativas: iniciativas institucionais” e “o arquivo como fonte para a pesquisa educacional: relatos de experiência”.

Na VI Reunião de Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) de 2019, cujo tema foi “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital”, no eixo “Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea”, ocorreram apresentações de trabalhos versando sobre a temática dos arquivos escolares.

Notamos uma ampliação da temática também na 3ª Semana Nacional de Arquivos, e que teve como tema Desenhando Arquivos. Dentre algumas instituições, destacamos a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo Nacional, em que observamos uma abertura para apresentações que relacionavam Arquivologia, arquivos e Educação e que demonstraram as diferentes possibilidades de arquivos, entre eles o escolar.

Na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2019 ocorreu uma palestra sobre Arquivo e Educação ministrada pela professora Priscila Ribeiro Gomes da UNIRIO e no Arquivo Nacional, foi realizada uma roda de conversa “Organização de arquivos escolares”, com a professora Priscila Ribeiro Gomes, da UNIRIO, e Teresa Alves, professora da Escola Municipal Orsina da Fonseca. O objetivo do encontro foi demonstrar a importância de organizar e preservar os arquivos escolares. Cabe ressaltar a fala dessa última, que apresentou a sua experiência com os arquivos escolares no universo específico das escolas.

Além dessas iniciativas, há como exemplo a disciplina “Arquivos, Educação e Práticas Culturais” ministrada no PPGARQ, em 2019, que trouxe no âmbito de um mestrado em Arquivologia discussões que consideram as dimensões culturais e educativas dos arquivos; as

suas funções culturais como objeto de gestão; as suas ações, práticas culturais e seus atores; o uso dos arquivos nos processos de produção cultural; a relação entre arquivos e Educação Patrimonial, por meio da análise dos conceitos, processos e sujeitos; e as relações entre políticas arquivísticas, educacionais e culturais.

Destacamos também a parceria da UNIRIO com escolas municipais do Rio de Janeiro, possibilitando aos alunos estagiarem no ambiente escolar. Essa parceria é fruto das discussões desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Educação e Arquivos (EducAr), e de um convênio firmado pela UNIRIO e a Secretaria Municipal de Educação, formalizado em 2017.

A partir desses exemplos, identificamos que vem crescendo um movimento de diálogo entre a Arquivologia e a Educação, sobretudo através da atuação dos profissionais envolvidos com a temática, dos dois campos do saber e das instituições, sejam eles os Arquivos, as Universidades ou as escolas.

Destacamos ainda a importância das iniciativas institucionais, que além de representar um eixo no panorama de diálogos entre a Arquivologia, a Educação e os Arquivos, em uma perspectiva mais ampla, também representam um elo entre esses campos e os próprios arquivos escolares, haja vista virem considerando esse tema em suas discussões e ações empíricas.

71

2.5 POR DENTRO DOS ARQUIVOS ESCOLARES

O arquivo escolar representa um importante eixo de aproximação entre a Arquivologia e a Educação. Apesar de ser um tema costumeiramente estudado pelos teóricos da Educação, por tratar-se de arquivos - que tem a qualificação escolar apenas em função da natureza dos seus documentos - eles podem e devem ser objeto de análise da Arquivologia em suas pesquisas.

Nesse sentido, iremos abordar o arquivo escolar que, a nosso ver, mostra-se diferente. Não pela sua configuração divergir de um arquivo “tradicional”, mas sim por fatores que o distinguem, como a sua construção enquanto objeto de estudo e a importância dos seus documentos, que apesar de refletirem funções e atividades comuns a um arquivo, apresentam possibilidades e usos específicos, distintos e plurais para os sujeitos envolvidos.

2.5.1 Arquivos escolares enquanto objeto de estudo

Os arquivos escolares enquanto objeto de estudo é algo, que ousamos dizer, recente, sendo o interesse por estudá-los reflexo do surgimento da Nova História Cultural, um

movimento renovador da historiografia, o qual, de acordo com Peter Burke (1990), surge a partir de meados dos anos 1980, fruto da Escola dos *Annales*³.

Por essa perspectiva, há uma aproximação entre a História e as chamadas “novas ciências”, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, que trouxeram uma ampliação do olhar dos historiadores, os quais passaram a incluir nas suas análises outros elementos, uma vez que os anteriormente utilizados já não davam conta da complexa realidade social que se apresentava para a História.

Para o autor Lynn Hunt, essa mudança não representou “simplesmente a proposta de um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos” (HUNT, 1992, p.13). Isso levou os historiadores a identificarem que as relações culturais são igualmente importantes às sociais e econômicas e que apenas estas não determinam os aspectos referentes à cultura.

Para Roger Chartier, a Nova História Cultural surgiu da,

Emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, **as modalidades de funcionamento escolar**, etc (CHARTIER, 1990, p. 14, grifo nosso).

72

No que tange especificamente à História da Educação, as pesquisas anteriores à década de 1990 se debruçavam sobre temas mais amplos, no tocante a políticas públicas educacionais, evolução das ideias pedagógicas, em detrimento dos referentes às práticas escolares. Essas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 30 *apud* FURTADO, 2011, p. 147).

Na década de 1990, o cenário muda e os pesquisadores começam a questionar e criticar temas anteriormente abordados, uma vez que consideravam que esses não davam conta da complexidade e diversidade que permeavam a historiografia educacional. A partir desse momento, a História da Educação passou a considerar outros temas de investigação e,

³A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia que surgiu na França a partir da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Esse movimento questionava a historiografia tradicional de viés positivista que dominou os séculos anteriores. Entre as grandes contribuições desse movimento foi a incorporação de novas fontes de pesquisa e a promoção da interdisciplinaridade, permitindo uma aproximação com outros campos de conhecimento. Foi dividido em quatro gerações, sendo a corrente da História Cultural desenvolvida durante a terceira.

consequentemente, outras fontes de pesquisa, que ultrapassavam a perspectiva dos ditos documentos “oficiais”, como decretos, leis, regulamentos, portarias.

Nesse contexto, não é que os temas mais amplos referentes à Educação deixaram de ser discutidos, mas há uma maior preocupação com estudos relativos ao cotidiano escolar, que tratam de temas como cultura e comunidade escolar, sobre o arquivo como lugar de memória, sobre a trajetória da instituição escolar, como pode ser observado nos trabalhos de Magalhães (1998), Vidal (2005), Mogarro (2006), Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001), Bonato (2005), entre outros. Também nessa conjuntura, ganha espaço na historiografia educacional brasileira análises sobre as instituições escolares, seus arquivos e fontes.

A partir dessa ótica, a temática do arquivo escolar ganha fôlego e este passa a ser visto como um espaço rico em documentos para pesquisas, em que pode ser encontrados documentos referentes ao cotidiano escolar. Aquele também é incorporado como objeto de análise e investigação dos autores, que se preocupam com o seu estado de preservação.

Nesse aspecto, observamos que, no âmbito da História da Educação, os arquivos escolares representam uma temática recorrente e em constante desenvolvimento por parte dos autores, havendo pesquisas variadas sobre esses arquivos. Há um crescimento de eventos e grupos de pesquisa e extensão, especialmente na área de educação, que discutem as potencialidades desses arquivos para a História da Educação.

Por parte da Arquivologia, os arquivos escolares ainda não são um tema muito abordado, podendo-se dizer que ainda é um assunto carente de investigação. O cenário encontrado a partir das leituras realizadas é de que os autores arquivistas que se interessam pelo assunto, no geral, possuem parte da sua formação relacionada com a História e, sobretudo com a Educação.

Porém, observamos que a partir das investidas institucionais de aproximação com a Educação, que têm surgido no âmbito da Arquivologia, esse contexto vem se modificando e pesquisas já estão sendo realizadas considerando as potencialidades do arquivo escolar. Há, por exemplo, trabalhos que abordam sobre a gestão dos arquivos escolares; que trazem relatos sobre as suas condições de conservação; que trazem preocupações quanto ao acesso às informações que esses arquivos custodiam e que tratam do arquivo escolar na perspectiva da legislação arquivística. Por esse ângulo, destacamos as contribuições de Gomes (2016) e Bonato (2005), enquanto arquivistas que já vêm debatendo o tema.

2.5.2 Arquivos escolares: possibilidades e usos

Os arquivos escolares representam o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (MEDEIROS, 2003, p. 2). Possuem o atributo “escolar” apenas como distinção em virtude dos documentos que o compõe, em grande parte de caráter educacional.

Feijó (1988) conceitua arquivo escolar como um conjunto de documentos que contêm informações sobre a vida escolar, tanto da organização como dos indivíduos. Os documentos se referem à instituição, no caso a escola, mas também a todos os sujeitos envolvidos, como alunos ou ex-alunos, professores, funcionários, enfim, a toda comunidade escolar.

Belloto (1994) ao definir os documentos de arquivo, infere que esses são os produzidos ou acumulados por uma entidade pública ou privada, ou por uma família ou pessoa física, no decurso do cumprimento de suas atividades e funções. Esse conceito, trazido pela autora, embora abrangente, também enquadra os documentos escolares, que são produzidos pelas escolas em atendimento as suas demandas.

Além disso, segundo a autora, os documentos de arquivo surgem por razões funcionais, administrativas e legais e tratam, sobretudo, de dispor ou determinar sobre alguma coisa ou provar algum ato. Se observarmos os documentos escolares, igualmente identificamos neles essas razões de criação.

Os arquivos escolares inicialmente atendem às necessidades imediatas da escola, servindo ao cumprimento de atividades legais, administrativas e pedagógicas, mas também servem para provar e informar. Eles, entre outros aspectos, garantem direitos dos funcionários e alunos e demonstram o exercício da responsabilidade estatal com a educação, permitindo que os cidadãos acompanhem e fiscalizem essa atuação. Para a Administração, por exemplo, os arquivos escolares possuem papel informativo, que lhe permitem “adotar medidas de planejamento para oferecimento do serviço público de educação, ou para sanar situações, atender demanda, resolver carências (MEDEIROS, 2003, p. 5).

A escola deve ser entendida como uma instituição que tem missão, ações, atividade e objetivos e os seus documentos/informação refletem tanto as atividades-meio, sendo importantes, por exemplo, para os administradores nas tomadas de decisão e melhoria do desempenho, quanto às atividades-fim, relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Os arquivos escolares são compostos de diversas espécies documentais⁴. A partir da análise do Plano de Classificação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da Tabela de Temporalidade, podemos identificar algumas espécies documentais presentes nas escolas em atendimento às suas funções específicas como: plano político pedagógico; documento de autorização de funcionamento da escola; matriz curricular; conteúdos programáticos das disciplinas; planos de aulas; documentos referentes a carga horária das aulas e referentes à determinação ou fixação do calendário escolar; relatórios de planejamento de atividade escolar; calendário escolar do ano letivo em curso; censo escolar; ata do conselho de classe, pareceres da avaliação da aprendizagem; dossiê de alunos; provas, exames; trabalhos, histórico e boletim escolar, livros de registros de certificados, entre outros.

Como pôde ser observado, os arquivos escolares são compostos por documentos relacionados às funções da escola e refletem as suas atividades cotidianas de cunho administrativo, pedagógico, de pessoal, etc.

Além dos instrumentos legais, há também autores que apresentam em seus trabalhos diferentes espécies documentais constantes no arquivo escolar, como Mogarro (2006), Pereira (2007), Furtado (2011), Bonato (2000; 2005), Silva, Riedlinger e Calderon (2008) e Costa e Ignácio (2019).

De forma geral a partir do trabalho das autoras podemos identificar uma pluralidade de espécies documentais nos arquivos escolares como: textos legais e documentos emanados do poder central; documentos que asseguram o fluxo de comunicação entre o organismo político de tutela e a própria escola; documentos administrativos e pedagógicos; documentos que registram os passos da vida diária da instituição; documentos administrativos comprobatórios, como atas de exames, boletins de frequência e de avaliações, diários de classe, livro de assinaturas de ponto; documentos relativos a eventos e que também fazem parte do cotidiano da escola, referentes a festas, competições esportivas, concursos literários, exposições etc.

Nesse sentido, de forma geral, corroboramos da visão de Silva, Riedlinger e Calderon (2008), que infere que,

Os arquivos escolares são constituídos de diversas espécies documentais que são também fontes de pesquisa porque registram a **memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões**

⁴Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório”. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso 22 fev. 2021.

administrativas. (SILVA; RIEDLINGER; CALDERON, 2008, p. 2, grifo nosso).

Por esse ângulo, Bonato (2000) destaca que os arquivos escolares através de seus documentos possibilitam levantar dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade escolar, representando um patrimônio documental que integra a sua memória e a memória educacional brasileira.

Podemos identificar que o universo documental presente nos arquivos escolares é muito rico e variado, fruto das atividades administrativas, pedagógicas ou quaisquer outras que sejam avaliadas como dignas de registro. É neles que ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, de acordo com a produção documental estabelecida pela legislação e pelas suas demandas específicas.

Por esse ângulo, partindo da tese de Vitoriano (2011), que apresenta enquanto condicionantes da produção documental a obrigação, o controle e a memória, podemos identificar nos arquivos escolares esses imperativos, ainda que o escopo de análise da autora seja outro. Percebemos, ao analisar os documentos escolares, que esses são criados inicialmente para atender as obrigações e o controle, porém muitos deles posteriormente vão se constituir na memória da instituição, refletindo a sua cultura construída no cotidiano.

Nesse sentido, o arquivo escolar, além de atender demandas administrativas, legais, pedagógicas, também permite outras possibilidades. Por se constituir como um patrimônio documental das escolas pode ser utilizado em ações educativas e de Educação Patrimonial que contribuem nos processos de ensino e aprendizagem e para o desenvolvimento de pesquisas.

2.5.2.1 Arquivos escolares, ações educativas e educação patrimonial: contribuições nos processos de ensino e aprendizagem.

Relativo à questão da utilização do arquivo escolar como instrumento para aprendizagem, Moraes (2004), destaca que, “os arquivos escolares são, como os demais arquivos, “celeiros da história” e constituem lugares especiais para a aprendizagem das diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio”. (MORAES, 2004, p. 16).

Gonçalves (2008) destaca a importância da própria história da escola e da comunidade que a envolve como um eixo a ser explorado, a partir do uso do arquivo escolar. Segundo a autora, “o arquivo escolar é apontado como uma das bases de fontes documentais – tomando-se as devidas precauções de acesso aos documentos, tanto técnicas quanto legais e éticas – que viriam a subsidiar esse trabalho”. (GONÇALVES, 2008, p. 79).

Gil (2012) examina a questão, definindo que a documentação escolar deve ser preservada por representar uma parte significativa da memória institucional. As reflexões apresentadas colocam em debate questões relacionadas à educação para o patrimônio, à ampliação de fontes históricas e suas abordagens no ensino de História. Como resultado, o trabalho apontou para a valorização de fontes documentais produzidas pela escola como elemento de produção de memórias da instituição.

Gil (2012) também destaca o potencial educativo dos documentos escolares para o ensino de História, a partir de uma perspectiva de que esses documentos possibilitam uma investigação histórica, que permite que outros conhecimentos, outras verdades possam ser apreendidas. Segundo a mesma, “os arquivos escolares se colocam como mais uma fonte possível de ser interrogada pela história, construindo e desconstruindo o conhecimento ao sabor de novas hipóteses”. (GIL, 2012, p. 5).

Por fim, cabe ressaltar do trabalho da autora questionamentos que ela faz com relação a possíveis temas do currículo de História que possam ser estudados a partir dos documentos produzidos pelas escolas. Gil ainda apresenta exemplos interessantes desses possíveis temas.

Por esse ângulo, Carlos (2012) também traz exemplos do uso dos documentos escolares, a partir de uma experiência empírica no arquivo da Escola Estadual Rio de Janeiro, no estado do Rio Grande do Sul. Através dessa experiência, o autor identificou que os documentos escolares “em sala de aula assumem o lugar de fontes históricas que informam sobre a sociedade em outra época” (CARLOS, 2012, p. 282).

Partindo da análise das atas de encerramento escolares, que traziam informações, entre elas, critérios de justificativa de reprovação de alunos e de classificação, dos quais a “cor da pele”; o trabalho do autor visualizou a possibilidade de usar esse dado como uma forma de trabalhar temas como escravidão e cotas raciais em sala de aula.

No que tange ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial, Gomes e Monteiro (2016) ressaltam a importância dos arquivos enquanto instrumentos de ação pedagógica, voltados para uma perspectiva de trabalho com ênfase na Educação Patrimonial, em que o documento se apresenta como uma possibilidade de redimensionar os processos de ensino e aprendizagem. Segundo os autores, o uso dessa metodologia nos arquivos escolares irá permitir atender uma demanda por mudança nos processos de ensino e aprendizagem que despertem maior interesse nos alunos. Para os autores, a Educação Patrimonial é um recurso útil que possibilita trazer o patrimônio para as salas de aula.

Dessa forma, a Educação Patrimonial atua como uma proposta interdisciplinar de ensino relacionada às questões concernentes ao patrimônio cultural. Nas escolas, é possível pensar a

Educação Patrimonial a partir dos programas curriculares e projetos que discutam os conceitos de patrimônio. O próprio Parâmetro Curricular das Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, na parte referente à disciplina de História contempla o tema. Segundo esse,

A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 26).

Embora a Educação Patrimonial trate de qualquer bem cultural, temos no arquivo escolar um exemplo de universo rico que pode ser explorado para o desenvolvimento de ações educativas. Através do seu acervo é possível, entre outros aspectos, conhecer a história da escola e do bairro onde ela se situa. Assim, corroboramos com Alves (2017) quando salienta que “utilizar o patrimônio histórico e cultural como ferramenta de ensino e aprendizagem na sala de aula, contribuirá para o fortalecimento do sentido de pertencimento e é salutar para uma vivência consciente dos estudantes” (ALVES, 2017, p. 1).

Quanto ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial em termos empíricos, cabe destacar os projetos de pesquisa de Gomes (2010), intitulado “Arquivo e Escola: reflexões sobre a contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento”, o de Souza (2017), intitulado “Colégio Estadual João Alfredo: História, Memória e Patrimônio” e o projeto de ensino de Alves (2017), cujo título é “Centro de Memória Orsina da Fonseca: a Educação Patrimonial invade o cenário escolar”.

Esse último cabe destaque por tratar-se de iniciativa proveniente de uma docente da escola que vem desenvolvendo um trabalho, mediante os documentos do arquivo escolar, o qual, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação e valorização desse arquivo, igualmente resgata a memória da escola e envolve os alunos de uma forma lúdica e educativa.

Além desses projetos, há duas iniciativas interessantes que cabe destacar. A primeira é do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), cuja proposta volta-se para o desenvolvimento de cursos de Educação Patrimonial que visa a reflexão e a vivência de experiências em Educação Patrimonial no mundo da escola, particularizando o arquivo escolar como fonte de pesquisa na educação básica. Esse trabalho, aplicado em escolas públicas, é voltado para a sensibilização de professores e alunos sobre a importância da preservação do patrimônio documental, sobre conservação preventiva, arranjo documental, história da educação e das instituições escolares.

A segunda é do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP) que vem desenvolvendo ao longo do tempo projetos de pesquisa direcionados a ações educativas e de Educação Patrimonial. Um desses projetos objetiva preservar o patrimônio histórico das mais antigas escolas do estado de São Paulo, mapeando-as.

Segundo Fratini (2009) para despertar o interesse dos alunos e professores pela temática do patrimônio, o projeto conta com instrumentos lúdicos, como um kit pedagógico composto de um jogo de tabuleiro denominado “Arquivo Perdido”; uma revista de história em quadrinhos denominada “Em busca da memória escolar”; e um manual “O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos”, de autoria de Iomar Zaia. Esses instrumentos são doados pelos pesquisadores quando em visita às escolas.

2.5.2.2 Arquivos escolares como fonte para pesquisas

No que tange ao uso do arquivo escolar enquanto fonte para pesquisas há trabalhos, que analisam o seu papel para reconstituir a trajetória das instituições educacionais; que o identificam como lugar de memória; que o consideram como fonte para os estudos da Educação, que pensam sobre cultura escolar. Ademais, há trabalhos de autores que, ao utilizarem desses arquivos para desenvolver pesquisas, verificaram o seu estado de conservação e as condições físicas dos documentos e trazem relatos de preocupações quanto à sua preservação.

Quanto aos que tratam desses arquivos para a reconstituição da trajetória da escola e como lugar de memória, destacamos as contribuições de Magalhães (1998), que identifica esses arquivos como fonte essencial, haja vista a trajetória da escola ser construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” e de Vidal (2005b) que, a partir das observações de Pierre Nora (1993), enxerga os arquivos enquanto lugares duplos, como locais de guarda, guardados em si mesmo, mas também abertos a novas leituras acerca do passado e do presente, uma vez que oferecem acesso a sua documentação.

O arquivo escolar possibilita compreender e explicar a existência histórica da escola, além de se constituir enquanto espaço capaz de abrigar várias memórias, de reunir uma gama de documentos que ativam o nosso passado e passam a ganhar significado no presente, muitas vezes com outros olhares, outras interpretações. O arquivo escolar nos ajuda a entender não somente a memória da escola, mas também a história do entorno.

Nesse sentido, Gomes e Monteiro (2016), ao abordarem os arquivos escolares, ressaltam que “a preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do

patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio” (GOMES; MONTEIRO, 2016, p. 71).

Reis e Reis (2017) defendem que a documentação armazenada nesses arquivos constitui memórias que trazem à tona noções e vestígios, que demonstram como a escola foi criada, por quem, quais as metas, funções e práticas cotidianas. Mogarro (2006) ressalta o lugar dos arquivos escolares nas instituições educativas, para auxiliar na compreensão do seu itinerário construído ao longo do tempo.

O arquivo é importante por ser um produto das atividades das escolas, que possibilita, a partir dos seus documentos, a apreensão da sua história, cultura, organização, funcionamento e, embora represente uma realidade particular, é importante também por permitir uma maior compreensão do sistema educativo de forma mais ampla.

Relativo à utilização dos arquivos escolares para pesquisas, Bonato (2005) salienta que a História da Educação busca novas fontes, encontrando no arquivo escolar um ambiente profícuo para tal, o qual apresenta múltiplas possibilidades de investigação que permitem conhecer, por exemplo, as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo.

Reis e Reis (2017) também contribuem para o debate, demonstrando a importância desses arquivos para sanar indagações e incômodos que perpassam a Educação respondendo a questões pertinentes da área.

Diana Vidal (2005a) ressalta que, em relação à temática dos arquivos escolares, os autores têm se debruçado sobre relatos de experiências de organização de acervos escolares, sobre narrativas que destacam os potenciais desses arquivos para a percepção da cultura escolar e sobre publicações de inventários, guias e manuais e reprodução de documentos, o que vem provocando uma renovação das práticas da pesquisa e o uso de outros arcabouços teórico-metodológicos.

Ainda sobre a questão, Furtado (2011) infere que através dos arquivos das escolas é possível compreender o processo de ensino e aprendizagem, a cultura escolar e os seus documentos e, conseqüentemente, auxiliam para a História da Educação, tornando-se fontes de informações imprescindíveis para a pesquisa.

Os arquivos escolares agregam documentos que tornam possível apreender vários temas acerca do contexto escolar, como as práticas educacionais, culturas escolares, trajetória da escola, currículo, políticas educacionais, práticas pedagógicas, métodos de ensino que foram sendo construídos através do tempo e que podem ser explorados pela História da Educação.

Quanto aos arquivos escolares utilizados para pensar a cultura escolar, evidenciamos as contribuições de Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001), Faria Filho et al (2004) e Barroso (2012).

A ideia de uma cultura escolar refere-se ao fato de que as escolas, embora integradas a contextos sociais mais amplos, concomitantemente desenvolvem uma cultura específica, própria do seu cotidiano escolar. Apesar das escolas possuírem características comuns relativas às suas atividades educacionais, ao atendimento às normas, legislações, programas e políticas educacionais, há também a atuação dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar, como professores, diretores, alunos, demais servidores e comunidade escolar que implicam na constituição da sua cultura.

Dessa forma, o papel social de uma escola vai além da prestação de um serviço educativo pautado por determinações burocráticas e agrega também os indivíduos e práticas que são fundamentais para a compreensão dos processos organizativos, pedagógicos, de gestão e tomadas de decisão.

Segundo Barroso (2012), quanto à cultura escolar, podem-se identificar três tipos de abordagens. Na primeira, funcionalista, aquela é a Cultura (no sentido amplo) que é veiculada através da escola. A instituição educativa é vista como um simples transmissor de uma cultura que é definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social, econômico, religioso) determina como constituindo o substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e dos jovens.

Na estruturalista, a “cultura escolar” é a produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, sejam o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino etc.

Por último, na interacionista, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não se trata da escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a “cultura” produzida pelos atores organizacionais nas relações uns com os outros, com o espaço e com os saberes.

Corroboramos da última perspectiva, pois ela considera que a identidade de cada escola é construída pelos valores, pelas relações entre os sujeitos, nas relações com o tempo e espaço, enfim construída no dia-a-dia de cada escola em particular. Adotamos a perspectiva de “culturas escolares” em detrimento de cultura escolar, por compreendermos que cada escola é um universo único, com inúmeras possibilidades. Apesar da missão, funções e atividades das escolas serem padronizadas e haver legislações que regulamentam a sua atuação, a maneira

como cada uma lida com isso e como os sujeitos atuam no cotidiano escolar é diversa e plural. Isso se reflete nos arquivos enquanto produto desse contexto.

Por fim, ressaltamos os trabalhos dos autores que demonstram preocupações com as condições físicas, estado de guarda e conservação dos acervos escolares, como Magalhães (1998), Bonato (2002; 2005), Silva, Riedlinger e Calderon (2008); Costa e Ignácio (2019).

[..] Sede privilegiada de uma multiplicidade de ações humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afetivas, produto de um cotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do cotidiano escolar (MAGALHÃES, 1998, p. 75).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos de arquivo, sejam custodiados em instituição arquivística ou encontrados nos arquivos escolares, possibilitam interlocuções e diálogos que aproximam a Arquivologia e a Educação, possibilitando reflexões a partir de abordagens diversas. As experiências que emergem por meio dessa perspectiva são plurais e nos fazem perceber o quanto essa interdisciplinaridade necessita ser aprofundada.

Nos Arquivos defendemos que o arquivista deve desempenhar um papel importante no sentido de estabelecer um serviço educativo sistemático e atuante, que proporcione o desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial, com vistas a diferentes públicos.

Nas escolas, acreditamos que as contribuições da Arquivologia e dos arquivistas são relevantes, e que as escolas possam ser espaços de atuação para esses profissionais, que têm formação e experiência empírica nos arquivos, não apenas em relação à organização da documentação, mas também como um mediador das informações contidas no arquivo escolar.

Percebemos que tanto nas escolas quanto nas instituições arquivísticas podemos empreender esforços no sentido de potencializar os usos dos arquivos com fins educativos, tornando-os visíveis para serem utilizados enquanto instrumentos favoráveis nos processos de ensino e aprendizagem, com destaque à metodologia da educação patrimonial.

Identificamos que há um longo percurso a ser traçado para expandir as possibilidades e interlocuções entre os Arquivos, a Arquivologia e a Educação, tanto com relação a produções teóricas sobre o tema, quanto a ações empíricas que fomentem essa aproximação.

Observamos ao longo do trabalho algumas ações inseridas no âmbito de instituições arquivísticas que vêm sendo realizadas visando o fortalecimento dos laços. Além disso, destacamos a importância de grupos de pesquisas sobre o assunto, que por meio de seus eventos abrem mais espaços para a discussão sobre as possibilidades de diálogos entre a Arquivologia e a Educação, fundamentais para as trocas de experiências, de modo a contribuir para a ampliação dos debates, minimizando a distância entre os campos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. A. Educação patrimonial e ensino de história - conhecendo Rondonópolis através do patrimônio histórico e cultural - um guia educacional como proposta. In: XXIX Simpósio Nacional de História: contra preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX**. Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502244885_ARQUIVO_EDUCACAOPATRIMONIALEENSINODEHISTORIA.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em 15 fev.2021.
- BALBINO, G. M. S.; CHAGAS, C. A. Papel pedagógico do arquivista e sua inserção na difusão e mediação da informação. **Ágora**, Vitória, v. 28, n. 57, p. 227-238, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101428>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**: Princípios Gerais da Administração Escolar, v. 1, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>. Acesso em: 20 fev.2021.
- BELLOTTO, H. Difusão Editorial, Cultural e Educativa. In: BELLOTTO, H. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 227-247. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Bellotto_Difusao.pdf. Acesso em: 22 fev.2021.
- BELLOTTO, H. L. Patrimônio cultural, arquivo e Universidade. **Boletim do Centro de Memória - Unicamp**. Campinas, v. 6, n.11, p. 11-18, jan./jun. 1994. Disponível em: https://issuu.com/centrodememoriaunicamp/docs/boletim_11/1?ff. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BONATO, N. M. C. Os Arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de história da educação**, Maringá, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1990.
- CARLOS, A. L. G. Arquivos escolares e ensino de história: interlocuções possíveis. **Aedos**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), Porto Alegre, v. 4, p. 282-293, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31624/20870>. Acesso em: 21 fev.2021.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
- COSTA, N. M.; IGNACIO, S. C. F. C. O acervo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage como fontes de pesquisa para a história da educação fluminense. **Revista Contemporânea de**

Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 30, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21498/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FARIA FILHO, L. M. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100008. Acesso em: 21 fev.2021.

FEIJÓ, V. M. **Documentação e arquivos**. Porto Alegre: Sagra, 1988.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Acesso em: 22 fev.2021.

FRATINI, R. Educação patrimonial em Arquivos. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, 2009. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao34/materia05/texto05.pdf>. Acesso em 16 fev.2021.

FURTADO, A. C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 15 fev.2021.

GIL, C. Z. V. Arquivos escolares e ensino de História. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/864/817>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GOMES, P.; MONTEIRO, M. Arquivo e escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

GONÇALVES, N. O arquivo histórico escolar, a Universidade e a Escola: diálogos possíveis. **Cadernos de Educação**, Pelotas, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1741/1621>. Acesso em: 22 fev. 2021.

HUNT, L. **Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em 22 fev. 2021.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. **Revista Histedbr**, Campinas, 2003. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ruy_Medeiros2_artigo.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em; <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MORAES, C. S. V. Prefácio. In: ZAIA, I. B. **O Acervo escolar: Manual de Organização e Cuidados Básicos**. São Paulo: Centro de Memória FEUSP, 2004.

PARRELA, I. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 15 fev. 2021.

REIS, F. L. C.; REIS, J. O. S. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, Vitória, n. 55, v. 27, p. 475-500, 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/648/pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, C. A.; RIEDLINGER, M. A.; CALDERON, W. R. **A Gestão da documentação escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

TOLENTINO, Á. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (orgs.). Educação Patrimonial: Políticas, relações de poder e ações afirmativas. In: **Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 5**. João Pessoa: Iphan, 2016, p. 39-48.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38646>. Acesso em: 16 fev. 2021.

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.; VLDEMARIN, V. **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005b. p. 3-30.

VIDAL, D. G. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 31-43. (Coleção memória da educação).

VIÑAO FRAGO, A. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: ALMUIÑA FERNÁNDEZ, C. *et al.* (Orgs.). **Culturas y civilizaciones: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

VITORIANO, M. C. C. P. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicas e culturais da produção documental de organizações privadas**. (Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo.) São Paulo, 2011. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082012-090854/publico/2011_MarciaCristinaDeCarvalhoPazinVitoriano_VRev.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.